



## **Educação Necropolítica: Personalidade Autoritária, Violência e Escolarização de Jovens Pobres no Brasil**

## **Necropolitical Education: Authoritarian Personality, Violence and Schooling of Poor Young People in Brazil**

## **Educación necropolítica: Personalidad autoritaria, violencia y escolarización de los jóvenes pobres en Brasil**

### **Eguimar Felício Chaveiro**

(Professor Doutor do IESA/UFG, membro do Grupo Espaço, Sujeito e Existência Dona Alzira e do Núcleo de Direitos Humanos, Educação e Movimentos Sociais-NUDHEM, Brasil).

E-mail: [eguimar@hotmail.com](mailto:eguimar@hotmail.com)

### **Rosivaldo Pereira de Almeida**

(Professor Doutor do Campus Cora Coralina da UEG, membro do Grupo Espaço, Sujeito e Existência Dona Alzira e do Núcleo de Direitos Humanos, Educação e Movimentos Sociais-NUDHEM, Brasil)

E-mail: [rosivaldo2705@hotmail.com](mailto:rosivaldo2705@hotmail.com)

#### **Abstract**

The article is an explanatory summary of the discussions made in the course "Necropolitical Education in the context of fascism" offered in the context of the pandemic by the Nucleus of Human Rights, Education and Social Movements of the State University of Goiás (NUDHEM/UEG), Study Group Space, Subject and Existence Dona Alzira of the Federal University of Goiás and the National Movement of Human Rights (MNDH). The work addresses the relational character of necropolitics with education and discusses its fundamentals: Authoritarian personality, physical and symbolic violence and the objective and subjective mechanisms of elimination of poor young people in the processes of schooling. We consider the educational dimension and the necrophilous character of the debris and captures of the subjectivities present in the schooling processes. The theoretical references that underpin our analysis are Mbembe (2012), Adorno (1951), Rolnik (2018) and Bourdieu (1998).

**Keywords:** Education; Necropolitics; Violence; Schooling; Young Poor People.

#### **Sumário**

O artigo é síntese explicativa das discussões feitas no curso "Educação Necropolítica no contexto do fascismo" ofertado no contexto da pandemia pelo Núcleo de Direitos Humanos, Educação e Movimentos Sociais da Universidade Estadual de Goiás (NUDHEM/UEG), Grupo de Estudo Espaço, Sujeito e Existência Dona Alzira da Universidade Federal de Goiás e pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). O trabalho aborda o caráter relacional da necropolítica com a educação e discute os seus fundamentos: A personalidade autoritária, a violência física e simbólica e os mecanismos objetivos e subjetivos de eliminação de jovens pobres nos processos de escolarização. Consideramos a dimensão educativa e o caráter necrófilo dos destroçamentos e capturas das subjetividades presentes nos processos de escolarização. Os referenciais teóricos que fundamentam nossa análise são Mbembe (2012), Adorno (1951), Rolnik (2018) e Bourdieu (1998).

**Palabras-clave:** Educação; Necropolítica; Violência; Escolarização; Jovens Pobres.



---

### Resumen

El artículo es una síntesis explicativa de las discusiones sostenidas en el curso “Educación Necropolítica en el contexto del fascismo” ofrecido en el contexto de la pandemia por el Centro de Derechos Humanos, Educación y Movimientos Sociales de la Universidad Estadual de Goiás (NUDHM/UEG), Grupo de Estudio Espaço, Sujeto y Existência Dona Alzira de la Universidad Federal de Goiás y el Movimiento Nacional de Derechos Humanos (MNDH). El trabajo aborda el carácter relacional de la necropolítica con la educación y discute sus fundamentos: la personalidad autoritaria, la violencia física y simbólica y los mecanismos objetivos y subjetivos de eliminación de los jóvenes pobres en los procesos de escolarización. Consideramos la dimensión educativa y el carácter necrofilico de la destrucción y captura de subjetividades presentes en los procesos de escolarización. Los referentes teóricos que sustentan nuestro análisis son Mbembe (2012), Adorno (1951), Rolnik (2018) y Bourdieu (1998).

**Palabras-clave:** Educación; Necropolítica; Violencia; Enseñanza; Jóvenes pobres

**Recebido em:** 12/08/2020

**Aceito em:** 25/10/2020



## 1. Introdução

A conjuntura brasileira, posta sob um enfoque multidisciplinar, tem desafiado intelectuais, militantes de Movimentos Sociais, setores da política partidária progressista e também várias instituições civis, especialmente as ligadas à defesa dos direitos humanos para, numa voz crítica, acender um alerta: está havendo um balbuciar do fascismo no Brasil<sup>1</sup>.

Manifestações de signatários investidos de ódio com tochas acesas sinalizando o símbolo nazista; passeatas defendendo a intervenção militar do Estado; movimentos organizados em redes sociais contra o Supremo Tribunal Federal e discursos militaristas ecoam nesse balbuciar que, concretamente, procedendo conforme a análise de Theodor Adorno (1951) na leitura de Freud, do “Psicologia das Massas e Análise do Eu” (1990), mobiliza o inconsciente agressivo de trabalhadores, setores de classe média, a elite atávica, inclusive de líderes religiosos, sob a sustentação do mandatário do governo, criando uma atmosfera de violência simbólica e social no país.

Os louvores à tortura, o ódio contra negros e pobres; a taxação de índios, professores, quilombolas de “vagabundos”; a ameaça a membros do LGBTs e a defesa de ditaduras militares, ao se irradiarem no “impulso de uma submissão autoritária”, pronunciam o balbuciar do fascismo. Cabe, conforme aludiu Adorno (1951), interrogar: por que, no pleito e nas circunstâncias históricas do Brasil atual, há o desejo de boa parte da massa em aderir à personalidade autoritária?

Cabe explicitar que a personalidade autoritária, investida de mitificação, ao se colocar como chave de uma solução moral, silencia-se sobre temas de centralidade histórica do país que, concretamente, arrastam milhões de brasileiros para a linha de pobreza, como a desigualdade social, a concentração de terra; a formação dos impérios agroalimentares e dos conglomerados; a segregação social e espacial; e a precariedade dos serviços de transporte, de moradia, de saúde.

Nesse silêncio planejado, sob a arquitetura ideológica do “pai mitificado”, inscreve-se o cenário da necropolítica, conceito desenvolvido pelo historiador e filósofo negro camaronês Achille Mbembe (2012). A política de morte, ou a política legitimada pela

---

<sup>1</sup> Esse artigo foi construído a partir do curso “Educação Necropolítica no Contexto do Fascismo” ministrado em meio a pandemia de Covid-19, pelos Professores dos Direitos Humanos Eguimar Felício Chaveiro e Rosivaldo Pereira de Almeida. Os autores tem posições distintas sobre a materialização do fascismo. O primeiro defende que no Brasil, especialmente com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para ocupar o cargo de Presidente da República, o que se materializou foi o balbuciar fascista Já o segundo defende que o Fascismo se realizou como procedimentos de razão e de ação. Nessa direção, há o entendimento de que o fascismo se entrecruza com o modo de produção capitalista desde suas origens, se materializando e ganhando forma na cultura e na educação. Ao longo do século XX, se efetivaram diferentes formas de governos constituídos e constitutivos do/no capital. No livro “A era dos extremos” Hobsbawm (1995) nos apresenta os fundamentos históricos dos diferentes regimes de governo, que ao longo do “breve” século XX se fizeram históricos, mas não destruíram os mecanismos de exploração nos processos econômicos do modo de produção capitalista.



---

violência, na voz de Mbembe é uma espécie de atualização da ideia de biopolítica, edificada pelo filósofo francês Michel Foucault (2008)<sup>2</sup>.

Conforme Mbembe “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais” (2018, p. 5). Nada mais verdadeiro. Quando se chega ao limite de eliminar pessoas ou grupos de “diferentes” por não suportar a diferença e, ou as desigualdades ultrapassamos a esfera do político e atingimos a histórica fase necropolítica da humanidade. A vida perde valor, literalmente.

O poder de matar, de deixar viver ou de expor a morte se traduz em formas contemporâneas de extermínio, cujo objetivo principal é alcançar a soberania como meio de exercer o direito de matar e de fazer política. Face a esse contexto, uma interrogação desdobra-se: como ceifar o balbuciamiento fascista e dar um passo na recuperação da democracia brasileira sob a ameaça da necropolítica atual?

Essa interrogação, que ultrapassa o quadro meramente intelectual e acadêmico, evidencia a educação como uma necessidade de primeira ordem na luta pela democracia brasileira. Ora, a adesão de fanáticos, o fechamento de olhos de parte de trabalhadores, às perdas de direitos sociais e a adesão de líderes religiosos ao balbuciar do fascismo, incita-nos a uma reflexão que, com tino científico, seja capaz de contribuir para proceder uma leitura histórica e sociológica do cenário regressivo da política brasileira.

Isto posto, a educação, formal e informal, escolar e popular, situada na atividade da escola e perante os Movimentos Sociais, é o espaço e o lugar de, com método e sob diálogo, instaurar um procedimento crítico capaz de remover a consciência nacional do triste episódio regressivo imputado pelas forças conservadoras do país.

Para a consecução desse trabalho, além das experiências logradas no seio de instituições que defendem os Direitos Humanos, como o Núcleo de Direitos Humanos, Educação e Movimentos Sociais (NUDHEM), o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e o Grupo de Estudo Espaço, Sujeito e Existência Dona Alzira, das referências bibliográficas mediante o diálogo de saberes entre História, Geografia e Educação, contou-se também com uma interlocução literária.

## 2. Esmiuçando a questão: a posição do método

As reflexões que estimulam a leitura do balbuciar do fascismo no Brasil atual, ainda que abertas às diferentes posições políticas e também aos diversos campos científicos, no caso

---

<sup>2</sup> A teoria de Foucault (2008) desvela o controle social que se realiza através da política do direito de vida e do direito de morte das pessoas. Isto é, o Estado, por meio de suas instituições como escolas, hospitais e prisões materializa o controle da vida, do tempo, do espaço, das relações sociais, do comportamento sexual das pessoas. A manipulação dos corpos e mentes de constitui a partir da biopolítica materializada através do que se chamou no contexto do Estado Social de políticas públicas. Trata-se do controle total do destino existencial dos humanos. Nesse sentido o mesmo Estado que promove a vida, deixa morrer, isso é, promove a morte.



particular do que está sendo proposto é dirigida por uma concepção: nas ciências sociais ou nas humanidades nada é autoevidente. Isso quer dizer que nenhum objeto ou evento real ou imaginário, uma vez tocado pela voz dos saberes, se fecha a uma verdade implacável. Contudo, as vozes científicas e o seu pensar, mesmo que abertas e dialógicas, se edificam a partir de referências teóricas e de método. Essas referências, longe de qualquer opinião ou de um simples relato de visão, são parâmetros que, em movimento, olham o objeto – ou o evento – e interrogam esse olhar que olha.

Dessa feita, cabe enfatizar, mesmo que de maneira sintética, a posição do olhar. As estruturas sociais ou as formações socioespaciais, a partir do modelo de acumulação vigente, a saber, a acumulação financeirizada do capitalismo mundializado, atravessadas pelas contradições que lhe são inerentes, interpelam e atingem a vida, as classes, os grupos identitários, os gêneros, os setores – entre os quais o campo político – em toda parte do mundo.

Isso posto, convém compreender que, num entrelaçamento de escalas, desde as geopolíticas até as do cotidiano e da ação, os fenômenos e os eventos sociais, neste tempo, possuem o rubor contraditório da sociedade que os criou – e os criam. Em palavras diretas, poder-se-ia mencionar que o balbuciar do fascismo no Brasil, as forças conservadoras que o estimulam, o acerto velado entre setores da política palaciana como os latifundiários, empresários, banqueiros, grande parte da mídia, grupamentos religiosos – e outros -, embora sendo agentes que fermentam concretamente esse balbuciar geograficamente localizado no Brasil, são, no plano histórico, emissários e expressões dos poderes dominantes do mundo.

Não atoa que um carrossel de forças conservadoras, em vários países, especificamente nos EUA (Estados Unidos da América), debruça e se opõe ao pensamento progressista na América Latina. A chamada saída à direita ou ultraliberal à crise global do capitalismo de 2008, fez desembocar num processo de desregulação do trabalho em vários países e a escalada, sem precedentes, da violência institucionalizada.

Era importante que forças conservadoras usassem todos os dispositivos ideológicos, inclusive *fake-news*, num raio de pacto de morte incluindo poder econômico, milícias e aparatos jurídicos, para destroçar as lideranças progressistas. A partir dessa compreensão é possível sugerir um pressuposto: embora o balbuciar do fascismo diz respeito à conjuntura e à estrutura do Brasil, a sua implementação é uma possibilidade histórica da sociedade mundializada a partir dos poderes hegemônicos que a dirige.

Ao elucidar os termos de método, convém apresentar a antítese das reflexões que serão edificadas: o balbuciar do fascismo e todas as suas características discursivas, como o refrão ignoto ao tipo da “personalidade autoritária”, o sequestro da emoção da massa, o apoio religioso, a mitificação e o militarismo – não são exclusividades do atual governo. Entretanto, encontraram eco e vez na situação histórica, na qual o governo atual é um hóspede utilitarista. Posto isso, é possível afirmar que contexto é maior que o governo, mas é ele que, com as suas características, concretiza, em termos de ações políticas, o que o contexto lhe faculta.

Assim, é recomendável assinalar que a necropolítica do atual governo requisita uma postura crítica, inclusive de indignação, mas as políticas de mortes, como o extermínio de



---

povos indígenas, a escravização negra, a grilagem de terras e o assassinato de camponeses e a violência contra a mulher são signos da formação socioespacial brasileira, desde o período colonial e expressam as primeiras manifestações da biopolítica.

Embora a engrenagem da luta de classe, os modos de opressão, a violência social foram são instrumentos para manutenção da desigualdade social, da concentração de riqueza e de terras, formando uma elite econômica atávica, o atual período inscreve essa instrumentalização mórbida em consonância com o contexto mundial. Dessa visada, pode-se esclarecer: o assombro autoritário e a política de morte aglutinam tragicamente o ultraliberalismo e o conservadorismo na tenda da sociedade mundializada.

O plano de exposição teórico e de método, ao observar o entrelaçamento de escalas entre os poderes hegemônicos do mundo e do Brasil, e ao dialogar com o esteio da pedagogia libertadora de Paulo Freire (2011), recomendam evidenciar que, quando o oprimido fala e se posiciona com a voz do opressor, ocorre a maior alienação. Daí que ler a alienação remete a uma interpretação da consciência e a objetificação de uma subjetividade reificada.

A consciência, por sua vez, tem uma ligação com o contexto histórico porque toda forma de consciência é consciência de mundo. A síntese é simples: a consciência se funda nas condições sociais, culturais e simbólicas que a formam. Se os oprimidos podem defender o opressor, podem, também, desenvolver a autocrítica e, assim, reposicionar o seu modo de ver o mundo. Entra aí o papel da educação popular: pôr o mundo concreto em interrogação – e em reflexão.

Isso posto, a elucidação do método reveste-se de um posicionamento político: diante do balbuciar do fascismo a educação, em qualquer instância, grau, condição ou modalidade não pode ser indiferente. E não pode ser indiferente qualquer sujeito que se indigna com a injustiça e, em estado de indignação reflete e luta, eis o nosso maior desafio.

### **3. As estratégias do terror: violência e medo**

O filósofo, historiador e musicólogo Theodor Adorno (1951) foi um dos primeiros que, experimentando as sombras do fascismo na europa no pós-guerra, desenvolveu um estudo minucioso da personalidade autoritária com base na leitura de Freud. A interlocução com a obra Freudiana e a atenção aos episódios trágicos do fascismo e do nazismo o conduziu a elaborar três teses centrais: o modo como o progresso técnico e científico, contraditoriamente, criou a barbárie; a descrença na visão iluminista como suporte da emancipação humana pela razão e, por fim, o fato de que o liberalismo se fundou prometendo democracia, liberdade individual, boa convivência, mas objetivamente não foi – e não é - capaz de realizar a promessa.

As três teses resultaram de uma reflexão ampla que, além de interpretar a psique de massa, ou o modo como a massa se rende às figuras ditatoriais, fundavam-se na crítica à razão iluminista e aos seus ideários. Mas o mais importante foi a enunciação, por meio da chamada



Teoria Crítica, da caracterização da personalidade autoritária, assumida e distendida como patologia de poder.

Adorno explica que a alienação do supereu transforma os comportamentos e as atitudes sociais em ação de ódio e violência inconscientes, elevando os impulsos de violência arcaicos para o destino fascista do opressor e de admiração pelas figuras autoritárias pelo oprimido. A explicação é sugerida assim,

Os sujeitos da economia pulsional são expropriados psicologicamente e essa economia é gerida mais racionalmente pela própria sociedade. (...). As associações e as celebridades assumem as funções do eu e do supereu e as massas, despojadas até mesmo da aparência da personalidade, deixam -se modelar muito docilmente segundo os modelos e palavras de ordem dadas, do que os instintos pela censura interna (HORKHEIMER & ADORNO, 1985, p. 167)

A canalização das pulsões agressivas contra qualquer tipo de minoria étnica, ou contra aos que se mostram frágeis, como pobres, mulheres, negros, povos indígenas, indigentes, estudantes, cumprem as demandas narcísicas do líder que, posto como um pai primitivo, ao se mostrar forte por meio da personalidade autoritária, encontra eco na massa para estigmatizar qualquer diferença. A estigmatização ganha seta brutal, por ela é possível e justificável, inclusive a aniquilação daquele a quem se culpa e se estigmatiza.

A personalidade autoritária estigmatizadora, uma vez encarnada pela massa, angaria para si o desejo assassino ou a paranoia do líder autoritário. Nessa operação, a hostilidade à reflexão, ao diálogo, ao debate – e todo o fetiche paranoico – consiste em gerar a dependência cega na massa ao pai primevo que, no posto paterno, granjeia um lugar acrítico pela massa.

Nessa quadro a imagem do líder forte, acima de qualquer crítica e interrogação, outorgado pela massa, e a ação violenta do líder, num processo de mobilização dos processos inconscientes, formam a matéria-prima do fascismo. Esse que, longe de ser componente do passado, torna-se reprodução erótica, porque cria uma satisfação sádica por meio da libido agressiva. O poder encarna esse erotismo – e dele se enuncia como uma salvação imaginária.

O líder, como figura do pai primevo, há que mostrar força para, assim, operar a sua identificação na latência cultural da massa submissa. Para isso, as estratégias são variadas, como a repetição das ameaças, da punição, da intolerância; é comum também de o líder, vestido de super-homem, para haver uma comunicação com a massa, fingir-se comum, dedicar os seus atos à moral religiosa, mostrar-se igual ao povo.

Por isso, não aceita crítica. Qualquer processo crítico ou que sugere o contraditório, é assimilado com ressentimento. A ameaça à perda narcísica do super-homem provoca ira, ódio, fúria, sentimentos que são, imediatamente, repassados à responsabilidade da massa. Salvar o pai de qualquer crítica e condecorá-lo como salvador imaginário, são peças importantes para compor duas estratégias: a prática da violência e a consagração do medo.

Um dos empreendimentos de poder ou da racionalidade fascista é transformar a violência numa ação legítima. Para isso, a equação vem ajustada: somente a violência encadeia a solução da bagunça, da crise, das necessidades objetivas ou imaginárias do povo. Fazer a violência ser legítima impõe o jogo com a massa: fetichizá-la em nome do pai herói.



---

A primeira forma de legitimação é a eleição de um culpado. Para isso, as máquinas semiotizadoras, como a mídia e, agora, os fake-news, cumprem papéis decisivos. Só é possível haver um culpado se há, em contraposição, um salvador. A lógica dicotômica – entre bem e mau ou entre mocinho e bandido, salvador e demônio – opera-se como uma ação emotiva e de razão. Como ação emotiva, mobiliza a paixão da massa numa paranoia vitimizante; e como ação de razão, distende qualquer forma de diálogo e de reflexão.

A paranoia organizada pela e com a violência subtrai qualquer possibilidade de compaixão. Mesmo que entre os adeptos haja sujeitos cuja a vida não foi marcada pela perversão, a dimensão coletiva perversa o introduz portando a face nublada e cega do ódio. O aspecto ideológico e fetichista da relação da personalidade autoritária e dos signatários funcionam melhor – e mais eficientemente – quando unem polos como a militarização e a religião.

Em muitos casos ou quase sempre o nublamento ideológico permite que se fale em nome de Cristo ou dos mandamentos de Moisés em que, por exemplo, deve-se “amar o próximo como a si mesmo”, mas com legítimo ódio ao que supõe ser um adversário. A mobilização das pulsões agressivas, transformadas em canais de violência, será tão eficiente se a formação do país, como é o caso do Brasil, ter tido em sua história esse ingrediente formador: a violência.

Convém, ainda que de maneira sintética, explorar a reflexão da violência, uma vez que o fenômeno e o tema tem sido alvissareiro ganhando, no atual período, um tratamento midiático, jornalístico, filmico, e também uma atenção científica de sociólogos, historiadores, pedagogos, geógrafos, filósofos, psicólogos, psicanalistas, médicos, especialmente os que pesquisam e militam no campo e na questão da saúde do trabalhador. E dos direitos humanos.

O assunto, posto e aberto às mais diversas operações de sentido, tem se efetivado como a plataforma da política oficial, de partidos políticos, sindicatos, ONGs, Movimentos sociais. Sobre ele se justifica o paradigma da militarização social e da existência; e sobre ela opera-se mais violência, por exemplo, de policiais sobre trabalhadores negros; de homens machistas sobre mulheres; de fazendeiros sobre camponeses; de setores do agronegócio, mineradores e madeireiros sobre povos indígenas.

As diversas e convidativas análises da violência têm revelado que ela é um tema como outros no sentido de ser uma invenção histórica que, nas sociedades de classes, ganha um contorno próprio – e complexo. Mas o mais importante é que ao falar de violência, outros temas se impõem como o desemprego estrutural; a desigualdade social, a concentração de renda; a ação do Estado; o monopólio das terras; a organização dos conglomerados; a segregação social; os efeitos das redes; os problemas da vida urbana e o balbuciar do fascismo comandado pela necropolítica.

A irmandade e a implicação, ou mesmo o entrelaçamento da violência com esses temas, insinuam duas interrogações: é possível haver sociedade capitalista sem violência? Essa interrogação, encontra eco em vários autores, alguns dos quais, com lucidez, advertem que embora a sociedade capitalista foi forjada pela violência – e dela faz uso para se reproduzir, inclusive naturalizando-a - em sociedades anteriores também houve violência e muito.



Dessa interrogação e desses argumentos brotam a segunda pergunta: como a sociedade capitalista, seja rica, exploradora, explorada, em desenvolvimento, pobre, de transição ou de qualquer insígnia, agencia a violência?

É bastante comum teóricos mostrarem como, desde o colonialismo, passando pela exploração da classe operária na invenção da indústria moderna, incluindo toda a montagem da formação dos estados nacionais, o imperialismo, o período nazifascista, as guerras mundiais- e outros episódios trágicos, semeados de sangue e barbaridades -, serem pontos comprobatórios da iminente – e necessária – violência que, no fundo – e sempre – ajudou a fundar a sociedade capitalista e fazer com que a luta geopolítica fosse central nas formas de acumulação.

O lema – crescer a qualquer custo – tem bem analisado por Harvey (2011), a pilhagem de minérios na África, na América latina, a desigualdade do comércio internacional, a invasão de territórios e a fabricação de guerras, respondem por desenhar a divisão internacional do trabalho e manter a divisão de classes. Qualquer tentativa de erigir outro tipo de sociedade sofre o dessabor da violência direta, com guerras ou com bloqueios econômicos. Isso demonstra que a opulência, a hegemonia e o controle econômico têm uma raiz bélica, essa raiz se estende para manter a desigualdade social

Mas a ação nunca é somente objetiva, ou seja, a incidência da exploração, da pilhagem, do extermínio de povos indígenas, de suas línguas, de minérios, matérias-primas, são apenas uma parte que, envolve, também a subjetividade, a cultura. A psicanalista Suely Rolnik (2018), numa rica interlocução teórica, ao falar do modo como o capitalismo procede o “abuso da vida” ou cria a predação ontológica, explica que,

Se a base da economia capitalista é a exploração da força de trabalho e da cooperação intrínseca à produção para delas extrair mais-valia, tal operação - que podemos chamar de "cafetinagem" para lhe dar um nome que diga mais precisamente a frequência de vibração de seus efeitos em nossos corpos foi mudando de configuração com as transfigurações do regime ao longo dos cinco séculos que nos separam de sua origem. Em sua nova versão, é da própria vida que o capital se apropria; mais precisamente, de sua potência de criação e transformação na emergência mesma de seu impulso ou seja, sua essência germinativa -, bem como da cooperação da qual tal potência depende para que se efetue em sua singularidade. A força vital de criação e cooperação é assim canalizada pelo regime para que construa um mundo segundo seus desígnios. Em outras palavras, em sua nova versão é a própria pulsão de criação individual e coletiva de novas formas de existência, suas funções, seus códigos e suas representações que o capital explora, fazendo dela seu motor. Disso decorre que a fonte da qual o regime extrai sua força não é mais apenas econômica, mas também intrínseca e indissociavelmente cultural e subjetiva - para não dizer ontológica -, o que lhe confere um poder perverso mais amplo, mais sutil e mais difícil de combater (ROLNIK, 2018, p. 13).

A apropriação total da vida, inclusive da potência de criação humana, dos modos de vida, da cultura e da subjetividade, são vias e atos que conferem o que a psicanalista chama de perversidade. O exercício de perversidade se estende a um raio inimaginável, incluindo a mercantilização da energia solar, do vento, das espécies da flora e da fauna e alcança o ser humano total, não à toa que ocorre, invariavelmente, uma espécie de patologização social global.



Convém, assim, admitir, como o faz o filósofo da Educação, Miguel Arroyo (2004), que a violência é, antes de tudo, um documento. Os três campos semânticos de sua execução, a virilidade, a vileza e a violação, ao abranger o tecido social inteiro e atingir o campo ontológico – o ser do mundo – fazem a violência evidenciar-se como um documento, pois ela é uma declaração da sociedade que a cria e dela faz uso.

A própria violência torna-se uma mercadoria, pois nessa sociedade a mercantilização é uma lei, é um modo de ser. Programas de TVs, empresas de seguro, construção de condomínios fechados com ronda privada, contratação de seguranças, produção de filmes – e toda sorte de uma segurança mercantilizada -, tanto no aspecto econômico como no cultural e simbólico, se efetivam como um signo do mundo. Daí que o medo, uma vez semiotizado pelas máquinas de produção de subjetividade, opera um duplo sentido: aniquila a vontade do sujeito produzir fazendo as pessoas aquietarem-se, aturdindo o desejo e a emoção; e faz da fobia uma mola justificadora da perversidade de quem domina e dela usufrui.

Esse par – violência/medo – tão significativo a qualquer tipo de política de perversidade, como é a necropolítica, especialmente, aos que possuem a personalidade autoritária, é bem retratado pelo literato, jornalista e militante, Eduardo Galeano. Ele diz que,

#### MEDO GLOBAL

"Os que trabalham têm medo de perder o trabalho.

Os que não trabalham têm medo de nunca encontrar trabalho.

Quem não tem medo da fome, tem medo da comida.

Os motoristas têm medo de caminhar e os pedestres têm medo de ser atropelados.

Os civis têm medo dos militares, os militares têm medo da falta de armas,

as armas têm medo da falta de guerras.

É o tempo do medo.

Medo da mulher da violência do homem e medo do homem da mulher sem medo.

Medo dos ladrões, medo da polícia. Medo da porta sem fechaduras,

do tempo sem relógios, da criança sem televisão,

medo da noite sem comprimidos para dormir e medo do dia sem comprimidos para despertar.

Medo da multidão,

medo da solidão,

medo do que foi e do que pode ser,

medo de morrer,

medo de viver."

(GALEANO, 2007, pag, 78).



O poema, com perspicácia e crítica, esclarece a amplitude do medo originada e agenciada pela sociedade mundializada. Não à toa começa o versejamento a partir do trabalho. Vinculado à ideia que o trabalho é um operador de vida, feito humano que constrói o mundo, produtor de riquezas, diante do “medo global”, o que é, em essência, uma positividade humana, torna-se uma negatividade extrema.

Além da penúria da exploração, há o que parece pior: o desemprego estrutural, a iminência de o desempregado ver a vida ser detonada em mendicância e desespero. Mas há outro horror próximo à precariedade do trabalho: a fome. E há um horror paralelo: saciar a fome com produtos intoxicados. Ambos – desemprego e fome – documento de uma profunda mazela social, não são inúteis numa sociedade mercandófila e necropolítica.

Se a violência dissemina o medo e a fome cria o desespero, a fobia e o pânico, como ingredientes cotidianos da vida prosaica desse tempo, são apropriados pelos setores, classes e grupos que comandam a economia, a mídia, os negócios. Surge então o comércio do medo tal como o comércio da violência. O espírito irônico do poema de Galeano (2007), posto à condição econômica, revela a triste sina: o medo e a violência são lucrativos para setores econômicos dominantes.

Não é difícil de constatar a positividade trágica auferida pela mercantilização da violência, do medo e do adoecimento. A sociedade fóbica saculeja a indústria farmoquímica; justifica, num episódio triste e hipócrita, a militarização social, urbana e política. Como insiste em filósofo coreano, Byung Chul-Han (2017), o expediente de uma sociedade do cansaço e do desempenho gera um problema grave: a banalização do Outro, a banalização da vida, a ética frágil.

O autor explica que, “A violência não provém apenas da negatividade, mas também da positividade, não apenas do outro ou do estranho, mas também do igual. Baudrillard aponta claramente para essa violência da positividade quando escreve sobre o igual: “Quem vive do igual, também perece pelo igual” (CHUL-HAN, 2017, p. 8).

A sociedade do desempenho, em que os “incluídos” padecem de medo, cansaço e competição consigo mesmos e os “excluídos”, por exemplo, do campo do trabalho-emprego, vivem na ponta da linha na chama do desespero, positiva a miséria humana que ela mesma cria. Além do estresse e da exaustão, da ansiedade e do pânico, a violência se coloca como um horizonte próximo do adoecimento. Chul-Han (2017, p. 18) explica que,

O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo o explorado. Agressor e vítima não podem mais ser distinguidos. Essa autorreferencialidade gera uma liberdade paradoxal que, em virtude das estruturas coercitivas que lhe são inerentes, se transforma em violência. Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal”.

Nesse plano, o sujeito adoecido, cansado e sob uma hipócrita liberdade, desconfiado do Outro tende à ações violentas, egoístas, fechadas. E ficam expostos a aceitarem as propostas ideológicas fascistas, ditatoriais, autoriárias, homofóbicas, rascistas, xenofóbicas, misândricas.



---

Nesse gradiente de o poder apela à exceção, à emergência e uma noção ficcional de inimigos que devem ser eliminados, extirpados, destruídos. A existência do Outro afeta diretamente a minha existência como salientou Mbembe (2018).

Como uma espécie de sintoma de uma sociedade fóbica, a desconfiança no Outro recai-se numa desconfiança de si mesmo. Por isso, o autoritário geralmente é um frágil: por temer o Outro usa a violência; por não confiar em si não pratica a solidariedade. Nessa direção a máxima do fascismo se materializa em ações práticas e simbólicas: a estigmatização, o aprisionamento, ao limite da eliminação física dos diferentes e da diferença. O Outro se torna uma ameaça eliminável.

No caso do Brasil atual, conforme o Atlas da Violência (2019) desenvolvido pelo IPEA – (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a violência tem cor, classe, idade e gênero. De 2007 a 2017, 75, 5% das vítimas eram negras, ou seja, de 4 pessoas assassinadas no Brasil, 3 são negras. Apenas em 2017, 35.784 jovens de 15 a 29 anos foram assassinados. O crescimento de homicídio de mulheres no mesmo ano cresceu acima da média nacional. Cresceu e tem crescido também a violência frontal contra o grupo social de lésbicas, gays, transexuais, bissexuais, intersexuais e travestis. O Atlas (IPEA) demonstra também que a violência impera no campo da escolarização. 74, 6% dos homens e 66,8% das mulheres, vítimas de homicídios, entre 2007 e 2017, tinham apenas 7 anos de escolarização.

O horizonte de violência numa escala geopolítica ou decorrente da estrutura da sociedade mundializada, sob o contexto histórico-social do Brasil atual, abre espaços para a ação necropolítica do Estado. Se a violência chama a violência, quando o imaginário da massa solicita a violência como solução social, a personalidade autoritária se inscreve miticamente como uma espécie de pai moral inviolável e acima da crítica e da lei. A necropolítica instala-se aí. E daí brutaliza a forma de encadear o poder, as decisões, as relações com os grupos diferenciados e opositores.

#### **4. Educação necropolítica: escolarização de jovens pobres no Brasil**

Vivemos em “tempos sombrios”. De incertezas frente às utopias e anseios por transformações sociais. A expressão “tempos sombrios”, cunhada por Hannah Arendt para designar o contexto fascista dos anos de 1930 na Europa continua se revelando atual, especialmente no contexto brasileiro do pós-golpe de 2016, fato no qual se efetivou o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff.

Em nosso entendimento o fascismo se realizou como procedimento de razão, e, no mesmo movimento, procedimento de ação, cujo principal fundamento é a ideia consubstanciada na eliminação da diferença e dos “diferentes”. O fascismo permanece de maneira disfarçada no Brasil, transvestido de democracia representativa, com as instituições dos três poderes em funcionamento, “organizando” a vida social em um país de capitalismo periférico.



Trata-se de um projeto político totalizante que se materializou na cultura entrelaçada com a política e a educação. Isto é, de maneira genérica, pode-se afirmar que nossa maneira de pensar, decidir, agir, ser e estar no mundo é cada vez mais atravessada pelo fascismo e a educação continua um meio eficaz através do qual se forma um fascista. O machismo, a homofobia, o racismo, a intolerância religiosa, a misoginia, a misandria e a xenofobia são expressões fascistas que fazem parte da cultura internalizada por meio da educação.

É nesse sentido que damos à educação a importância devida, pois a internalização do culto a personalidade autoritária e a violência ganham forma através da educação. Os processos de escolarização materializam mecanismos objetivos e subjetivos de eliminação constantes; o culto a personalidade autoritária; a violência simbólica constituem elementos fundamentais das práticas pedagógicas escolares. O controle do tempo, do espaço, dos conteúdos escolares e das relações sociais reificadas atravessam as práticas pedagógicas, constituindo o destroçamento e a captura da subjetividade das pessoas por meio da educação escolar (ALMEIDA, 2018).

Nessa direção defendemos a seguinte tese: a educação tem um caráter necropolítico. O discurso de ódio, de eliminação dos diferentes e da diferença, o culto a personalidade autoritária e a generalização da violência não teriam se constituído sem a educação<sup>3</sup> e a escolarização, principal prática educativa administrada pelo Estado como agente educador.

A escola que, especialmente nos anos de 1970, com a produção da teoria da educação libertadora, foi proclamada como instituição que contribuiria com a transformação social, se constituiu, ora como espaço disputado pelos sujeitos que se orientam pela conservação social, instituição que nos discursos aparece atrelada ao desenvolvimento econômico, ora como espaço de inovação e ascensão social, a partir da lógica que se insere na perspectiva da meritocracia e da igualdade de oportunidade.

Denominada pública ou privada, laica ou confessional, rural ou urbana a escola, como espaço da educação formal, se configurou como uma das instituições mais importantes socialmente no nosso tempo histórico. Isso se explica pelo discurso produzido na modernidade, especialmente pelos organismos multilaterais, da sua associação à mobilidade social, ascensão social vertical pela via das garantias da manifestação e do desenvolvimento de potencialidades individuais adquiridas pelo processo de escolarização.

Até meados do século XX, predominava nos meios acadêmicos e no senso comum a ideia da escolarização como meio de superação do atraso econômico, dos privilégios e da superação das desigualdades sociais. Na aparência, a escola como direito, sobretudo nos países europeus, possibilita a todos os membros da sociedade certa igualdade de oportunidade, tanto no recrutamento dos alunos nas instituições de ensino como no decorrer de todo processo escolar e social. Na essência, a escola, bem como todo sistema escolar se constituiu como um dos fatores mais eficazes de conservação social, pelo fato de que, durante todo *cursus*, opera, no seu interior, mecanismos de eliminação contínua das crianças desfavorecidas do ponto de vista do capital cultural e social, possibilitando, dessa forma, apenas a ascensão social

<sup>3</sup> A educação é um processo pelo qual ninguém escapa. Na sua, em casa, no trabalho, nos movimentos sociais, nos partidos políticos a educação acontece. Isso ocorre ao longo de toda vida da pessoa na complexa relação entre indivíduo, cultura e sociedade Brandão (1995).



daqueles que tiveram acesso a um certo capital cultural e a um certo *ethos*, entendido por Bourdieu (1998) como sistema de valores implícitos e interiorizados no seio familiar para definir as atitudes dos indivíduos frente aos processos sociais em curso.

Desse modo, Bourdieu explica como uma necessária instituição social tornou-se tão importante para os processos sociais em curso; tanto que, na maioria dos países, frequentá-la tornou-se obrigatório. O “sucesso” e o “fracasso” dos indivíduos estão determinados pelas condições sociais e culturais que eles vivenciaram desde o início de sua socialização. Para Bourdieu, o sucesso não está no fato de os alunos frequentarem a escola e serem dotados de dons naturais imanentes aos indivíduos. O autor argumenta que a carga de herança cultural é determinante nos processos escolares e nas perspectivas profissionais.

Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistemas de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito (BOURDIEU, 1998, p. 41).

A herança cultural é determinante tanto para a diferenciação inicial das crianças diante da experiência escolar como para as taxas de êxito, isto é, sucesso ou fracasso no processo de escolarização. Do ponto de vista teórico, entendemos que não se trata de que todas as crianças que frequentam a escola terão êxito tanto nos processos escolares como nas perspectivas profissionais. A sociedade possui mecanismos próprios de eliminação, e o sistema escolar o reproduz, constituindo-se como um dos principais meios para que se efetive a eliminação das crianças desfavorecidas, logo nos momentos iniciais de sua escolarização.

O que é determinante na questão do êxito escolar, bem como no sucesso profissional, é a ação do círculo familiar e o contexto sociocultural de que a criança faz parte desde o nascimento. Para isso, devem-se considerar tanto os fatores objetivos como os subjetivos que interferem diretamente nesse processo: o nível de escolaridade dos pais, as condições materiais de existência da família, o nível intelectual, o capital cultural, etc.

Para Bourdieu, o indivíduo é socialmente configurado nos seus mínimos detalhes, sobretudo no que se refere ao seu estilo de vida, comportamento, aspirações sociais e perspectivas profissionais. Perpassa pela questão do êxito do indivíduo um conjunto de variáveis, quais sejam: o nível cultural dos antepassados da primeira e da segunda geração, os resultados escolares anteriormente experimentados, a facilidade do domínio linguístico, as práticas culturais como ir ao cinema, teatro, museus, etc., os gostos musicais, entre outras. O desejo razoável de ascensão por meio da escola não pode existir enquanto as chances objetivas de êxito forem ínfimas. Diferente dos filhos dos trabalhadores,

[...] as crianças oriundas dos meios mais favorecidos não devem ao seu meio somente hábitos e treinamento diretamente utilizáveis nas tarefas escolares, e a vantagem mais importante não é aquela que retiram da ajuda direta que seus pais possam dar. Elas herdaram também saberes (e um “savoir-faire”), gosto e um “bom gosto”, cuja rentabilidade escolar é tanto maior quanto mais frequente esses imponderáveis da atitude são atribuídos ao dom. A cultura “livre”, condição implícita de êxito em certas carreiras escolares, é muito desigualmente repartida entre



os estudantes universitários originários das diferentes classes sociais e, *a fortiori*, entre os de liceus ou os de colégios, pois, as desigualdades de seleção e a ação homogeneizante da escola não fizeram senão reduzir as diferenças. (BOURDIEU, 1998, p. 45.)

É nesse sentido que defendemos a teoria do sistema de ensino como violência simbólica de Bourdieu como base de sustentação da nossa análise acerca da educação necropolítica. A escola é reprodutora dos processos de exclusão, do autoritarismo e do exercício da violência.

## 5. Conclusão

Na medida em que a escola foi se expandindo as camadas mais pobres da população foi perdendo suas características propriamente escolares, constituindo-se mais como lugar de controle dos corpos e acolhimento social do que espaço de ensino e aprendizagem. Trata-se de mais uma armadilha num labirinto chamado fascismo que se constituiu como parte de um todo social, ligado umbilicalmente ao capital entendido como relação social de produção material e espiritual.

A tese de Mônica Peregrino intitulada “Desigualdade numa escola em mudança: Trajetórias e embates na escolarização pública de jovens pobres”, desvelou esses processos degradantes operados no interior da escola. Defendida no ano de 2006, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense o trabalho trata da expansão do ensino fundamental público ao longo de quatro décadas no Brasil e dos processos de eliminação de jovens pobres por meio da escolarização. A autora defende que a expansão do ensino fundamental ocorreu associada a mecanismos objetivos de eliminação efetivados no interior da escola. Ou seja, contraditoriamente, os jovens pobres são “eliminados” na medida em que a oferta do ensino fundamental se expande.

Peregrino (2006) fez um estudo de caso, a partir de uma escola da zona norte da Cidade Rio de Janeiro e demonstrou, através de dados estatísticos, que jovens pobres são eliminados ao longo do curso, por meio de “reprovações sistemáticas, abandonos episódicos e saídas definitivas” (PEREGRINO, 2006, p. 13). A relação entre a escola e a juventude é marcada por tensões revelando a face necropolítica mais perversas da escola. Por um lado, a escola com a sua estrutura hierárquica e a função de controle do tempo, do espaço e das relações sociais e, por outro, os jovens com a sua cultura e comportamento incompatíveis a instituição escolar. Fica evidenciada a complicada relação estabelecida entre a escola e a juventude pobre.

A tese trata da análise de uma escola da zona norte do Rio de Janeiro e seus arredores cercados por favelas, que são marcadas pela pobreza e pelo domínio do tráfico de drogas. Para a compreensão do objeto analisado, categorias como violência, desigualdade, desfiliação, controle, degradação e segregação, atravessam todo trabalho.

O procedimento metodológico utilizado pela autora visou entender, a partir das diferentes trajetórias de escolarização dos alunos do curso ginásial, as situações diferenciais de classe e suas



desigualdades no interior da escola, por meio das divisões de turmas, turnos e as condições sociais dos alunos - ano do nascimento, local de moradia, profissão dos pais e, na década de 1970, a ausência ou presença do atestado de pobreza. Para a autora, esta estrutura organizacional da escola objetiva a seleção e a segregação, como mecanismos de eliminação constantes dos jovens pobres, por meio da divisão dos alunos por turno e turma. A partir desses mecanismos fica evidente a função da escola no processo de seleção dos “melhores” alunos para as turmas iniciais e dos “piores” alunos para as turmas finais. A autora detalha, por meio de dados estatísticos e das fixas de matrícula, que a renda familiar e o tipo de profissão dos pais interferem nos processos de aprendizagem e de exclusão, bem como o local de moradia dos estudantes.

Os filhos dos trabalhadores que moram na favela, diferentemente dos que moram no asfalto<sup>4</sup>, apresentam baixo desempenho, frente ao processo de escolarização e pelo rendimento são segregados a uma turma específica. Como forma de resistência a metodologia escolar adotada na separação das turmas manifesta-se a indisciplina e a violência por parte dos alunos, que saem, muitas vezes batendo portas e depredando a escola.

Frente ao processo de expansão da oferta Peregrino (2006) apresentou duas hipóteses: a entrada dessa população na instituição escolar implicou na democratização da instituição ou, ao contrário, sua massificação. Durante o processo de pesquisa ela confirmou a segunda hipótese e acrescentou que ao longo do processo de expansão da escola pública a seleção e a segregação fizeram parte dos processos de exclusão e eliminação dos alunos pobres.

Assim entendemos o caráter necropolítico da escolarização nas tramas da educação, da política e da cultura.

## 6. Bibliografia

ADORNO, Theodor. **Teoria Freudiana e modelo de propaganda**, publicado originalmente em 1951. Tradução de Francisco Rudiger. Leitura em [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Theodor\\_Adorno\\_-\\_A\\_Teoria\\_freudiana\\_e\\_o\\_modelo\\_fascista\\_de\\_propaganda\\_1951\\_.htm?134956803](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Theodor_Adorno_-_A_Teoria_freudiana_e_o_modelo_fascista_de_propaganda_1951_.htm?134956803), acesso em 15 de Maio de 2020.

ALMEIDA, Rosivaldo Pereira de. **Armadilhas no labirinto: escolarização e trabalho docente desafiados pelo pacto da educação em Goiás**. Doutorado em Educação (Tese). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2018.

<sup>4</sup> Favela e Asfalto, de acordo com Peregrino, são termos que demarcam territorialidades. As classes mais pobres são chamadas moradoras das favelas e as classes médias moradoras do asfalto. Isso demarca as situações diferenciais de classe social no interior de uma mesma escola carioca, a partir de condições objetivas de moradias.



- ARROYO, Miguel. **Imagens Quebradas** – trajetórias e tempos de alunos e mestres, Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Org.: CATANI, Afrânio NOGUEIRA, Maria Alice. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CHULHAN, B. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo, Martins Fontes: 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 50 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar** – a escola do mundo ao Avesso, L & MP POCKET: Porto Alegre (RS), 2007.,
- IPEA – Instituto de pesquisa econômica Aplicada. **Atlas da Violência**, Brasília (DF): 2019, IN: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>, acessado em 15/06/2020.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**, un revisión crítica. In: GREGOR, Helena Chávez Mac (Org.). *Estética y violencia: Necropolítica, militarización y vidas lloradas*. México: UNAMMUAC, 2012, p. 130-139.
- \_\_\_\_\_. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. N-1 edições, Belo Horizonte – MG, 1918.
- FREUD, S. (1921). **Psicologia das massas e análise do ego**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1990
- HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo (SP): Boitempo, 2011.
- HORKHEIMER, M % ADORNO T. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos, Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar Editor: 1985.
- PEREGRINO, Mônica. (2006). **Desigualdade numa escola em mudança**: Trajetórias e embates na escolarização pública de jovens pobres. Doutorado em Educação. Linha: Educação Brasileira. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.
- ROLNIK, Suely. **As esfera da insurreição** – notas para uma vida não cafetinada, Editora N-!; São Paulo: 2018.